



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

28 a 30 de abril

2025

Cenário Político

Nesta semana, o Congresso Nacional terá pouca atividade no plenário, mas enfrentará intensos debates políticos na Câmara dos Deputados, especialmente em torno do projeto de anistia aos envolvidos no 8 de janeiro e do processo de cassação do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ). O presidente da Câmara, Hugo Motta, busca um acordo entre oposição, governo e Supremo Tribunal Federal (STF) para um novo texto de anistia mais restrito, enquanto o líder do PL, Sóstenes Cavalcante, pressiona pela inclusão de anistia apenas para crimes políticos, deixando de fora atos de vandalismo. A oposição promete manter a obstrução de votações e cogita medidas como greve de fome e controle sobre emendas parlamentares

para forçar a aprovação da proposta. O ministro do STF Flávio Dino exigiu explicações de Sóstenes sobre as ameaças envolvendo a liberação de emendas. Paralelamente, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara votará o parecer que pode levar à cassação de Glauber Braga, acusado de agressão contra um militante do MBL.

No Senado, a CCJ continua debatendo o Novo Código Eleitoral e discute, para depois do feriado, a proposta que acaba com a reeleição para cargos executivos. A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar projeto que permite dedução no Imposto de Renda para despesas com pessoas com transtorno do espectro autista, enquanto a CPI das Bets ouvirá a advogada Adélia Soares, ligada ao mercado de apostas online.



Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) - Líder do PL na Câmara

PEC da Segurança Pública

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Paulo Azi (União-BA), designou Mendonça Filho (União-PE) como relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da segurança pública. Mendonça, ex-ministro da Educação no governo Michel Temer e atualmente em seu quarto mandato como deputado, já foi responsável pela relatoria de pautas relevantes, como a reforma do novo Ensino Médio, marcada por divergências internas na base governista.

A função da CCJ será analisar a admissibilidade e a constitucionalidade da PEC. Caso aprovada, a proposta seguirá para uma comissão especial e, posteriormente, precisará ser votada em dois turnos no plenário da Câmara.

A PEC foi articulada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e tem como objetivo reforçar a integração entre União, estados e municípios no combate à criminalidade. No entanto, enfrenta resistência de parlamentares da oposição e de governadores, que temem perda de autonomia estadual.



Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA ↑

A decisão de Hugo Motta, presidente da Câmara, de adiar a análise do PL da Anistia foi bem recebida pelo governo, que também comemorou o isolamento político do PL. Além disso, a nomeação de Frederico Siqueira para o Ministério das Comunicações resolveu um impasse com o União Brasil.

ECONOMIA ↑

Em abril de 2025, a confiança do consumidor aumentou 0,5 ponto em relação ao mês anterior, marcando o segundo crescimento consecutivo, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) atingiu 84,8 pontos, na série com ajuste sazonal.

SOCIAL ↑

O presidente Lula entregou ao Congresso a PEC da Segurança Pública, uma medida simbolicamente positiva para o governo, já que a violência é uma das principais preocupações dos eleitores. No entanto, o texto enfrenta resistência de governadores e ainda tem um longo processo pela frente.

Fragilidade da Base Governista e Desafios Políticos de Lula

A demissão de Juscelino Filho (União-MA) do Ministério das Comunicações evidenciou a fragilidade da base de apoio do governo Lula no Congresso, particularmente na Câmara dos Deputados. O impasse começou quando a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), anunciou Pedro Lucas (União-MA) como novo ministro da pasta. No entanto, Pedro Lucas pediu algumas semanas para organizar questões do seu mandato, e, posteriormente, alegou que tomaria a decisão em conjunto com sua bancada, acabando por recusar o convite. Ele justificou sua recusa ao afirmar que, como líder do União Brasil, teria maior capacidade de dialogar e construir consensos no Congresso, ajudando mais o governo do que se fosse ministro.

Essa negativa reflete a falta de atratividade de uma participação no governo atual, com a percepção de que o governo não tem muito mais a oferecer, nem mesmo popularidade, como mostram as pesquisas de opinião. Além disso, a pasta de Comunicações possui recursos limitados e pouca visibilidade. Esse cenário também se repete em outros partidos de centro, como evidenciado pelas mais de 50% das assinaturas do requerimento de urgência do PL da Anistia, provenientes de deputados da base governista. A tentativa do Planalto de coagir os parlamentares a retirar as assinaturas não teve efeito. Outro fator que contribui para o distanciamento da base governista é a federação formada pelo União Brasil e PP. A relação entre o governo e o União Brasil permanece ruim, com o partido estando na base apenas devido à influência do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP). No caso do PP, o apoio do presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI), à candidatura de Jair Bolsonaro (PL) reforça a distância entre o governo e essa sigla.

A expectativa inicial era de que a base governista fosse flexível, com apoio variando conforme o tema das votações, mas isso não se concretizou. O governo teve dificuldades até mesmo para aprovar um simples projeto de reorganização da Esplanada dos Ministérios. No entanto, apesar das tensões, a permanência desses partidos na base do governo ainda é estratégica, pois muitos desses partidos não querem desistir da disputa eleitoral de 2026 tão cedo. A tendência é que o relacionamento se mantenha, ainda que fragilizado, até o período decisivo para as eleições.

Federação União Brasil e PP Enfrenta Desafios Internos

A criação da federação entre o União Brasil e o Progressistas (PP), chamada União Progressista, promete ser a maior força política de centro/direita do país, com grandes bancadas no Congresso e vários governadores. Contudo, o acordo entre as cúpulas partidárias é visto como impositivo, com divergências internas e interesses regionais que podem gerar incertezas sobre a linha política adotada para as eleições de 2026. Figuras importantes, como Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre, têm expectativas diferentes em relação à federação, que pode dificultar o relacionamento com o governo Lula devido ao seu viés mais à direita.



PF estuda separar inquérito da Abin

A Polícia Federal estuda desmembrar o inquérito da “Abin Paralela” para abrir uma nova investigação focada na atual gestão da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A medida permitiria concluir rapidamente o relatório sobre irregularidades cometidas durante o governo Bolsonaro e enviá-lo ao Supremo Tribunal Federal (STF), separando as suspeitas em relação à gestão atual. A investigação, iniciada em 2023 após revelação do uso de um sistema secreto de monitoramento, mostrou a existência de uma estrutura paralela dentro da Abin, usada para perseguir adversários políticos.



Com o avanço das apurações, surgiram indícios de que práticas irregulares teriam continuado na gestão de Luiz Fernando Corrêa, atual diretor da agência. Um agente da Abin afirmou ter utilizado um e-mail espião para invadir computadores de autoridades paraguaias em operação que, segundo ele, teve anuência tanto do governo anterior quanto de Corrêa já no governo Lula. Corrêa e seu número dois, Alessandro Moretti, prestaram depoimento e negaram qualquer irregularidade, mas a PF cogita indiciar Corrêa por obstrução de investigação.

O caso provocou tensão no Planalto, levando Lula a convocar Corrêa e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, para uma reunião considerada dura por assessores. A principal preocupação do presidente é evitar que sua gestão seja associada ao escândalo envolvendo espionagem ilegal, especialmente no uso do sistema FirstMile. O desmembramento do inquérito facilitaria o andamento das investigações e ajudaria a distinguir as responsabilidades de cada governo.

Notícias da Semana



Flávio Dino intima Sóstenes a explicar ameaça a acordo sobre emendas de comissão na Câmara

ESTADÃO 



Plano de reforma ministerial de Lula se arrasta por 6 meses e expõe fragilidade do governo

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★



Congresso "com certeza" vai alterar a PEC da Segurança, diz Hugo Motta


CONGRESSO
em FOCO



Prioridade do governo, PEC da Segurança terá deputado da oposição como relator na CCJ da Câmara

O GLOBO



Após reajustes, servidores do Executivo pedem equiparação dos auxílios

 **ETRÓPOLES**



Federação entre PP e União impulsiona criação de blocos de centro-direita

veja



**Sem projetos de interesse na
Pauta do Plenário**



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Terça-feira (29) - 09h30 - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n° 9

Audiência Pública

Finalidade: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021, que "dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras". Conforme entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes temas na presente Audiência Pública: Tema 5: Partidos Políticos e Federações Tema 6: Propaganda Eleitoral

[Acesse a lista convidados.](#)

Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Segunda-feira (28) - 18h

PL 6969/2013 - Lei do Mar (Emenda nº1 - Destina parte dos recursos ao FUNAPOL)

PL 6969/2013 - ex-deputado Sarney Filho (PV-MA) e outro - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Relator: deputado Tulio Gadêlha (REDE-PE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (28) - 10h30 - Local : Anexo II, Plenário 01

Audiência Pública:

Tema: Prioridades da pasta em 2025 e esclarecimentos diversos

Convidado: RICARDO LEWANDOWSKI - Ministro da Justiça e Segurança Pública



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*